

## CADERNO DE ENCARGOS

**Proc. n.º 74/25 - “Concurso de Conção para criação do Parque Fluvial 365 e para requalificação dos edifícios contíguos, anexos e da envolvente da Estação de Caminho de Ferro de Oliveira de Azeméis”**

### ÍNDICE

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
CLÁUSULA 1.ª (OBJETO) .....	3
CLÁUSULA 2.ª (PREÇO BASE) .....	3
CLÁUSULA 3.ª (CONTRATO) .....	4
CLÁUSULA 4.ª (PRAZO) .....	4
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....	5
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS .....	5
SUBSECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	5
CLÁUSULA 5.ª (CONSTITUIÇÃO DE EQUIPA PRESTADORA DE SERVIÇOS) .....	5
CLÁUSULA 6.ª (OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS) .....	5
CLÁUSULA 7.ª (FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS).....	6
CLÁUSULA 8.ª (ENTREGA DO SERVIÇO OBJETO DO CONTRATO).....	7
CLÁUSULA 9.ª (RECEÇÃO DOS ELEMENTOS A PRODUZIR AO ABRIGO DO CONTRATO) .....	9
CLÁUSULA 10.ª (TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE).....	10
CLÁUSULA 11.ª (DIREITOS DE AUTOR) .....	10
SUBSECÇÃO II - DEVER DE SIGILO, PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E, SE APLICÁVEL, PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO DE IMAGEM .....	10
CLÁUSULA 12.ª (DEVER DE SIGILO).....	10
CLÁUSULA 13.ª (PRAZO DO DEVER DE SIGILO).....	11
CLÁUSULA 14.ª (PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS) .....	11
CLÁUSULA 15.ª (PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO DE IMAGEM (A CONSIDERAR SE APLICÁVEL)).....	14
SECÇÃO II – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS .....	14
CLÁUSULA 16.ª (RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS) .....	14
CLÁUSULA 17.ª (PREÇO CONTRATUAL).....	15
CLÁUSULA 18.ª (CONDIÇÕES DE PAGAMENTO) .....	15
CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO .....	16
CLÁUSULA 19.ª (PENALIDADES CONTRATUAIS) .....	16
CLÁUSULA 20.ª (FORÇA MAIOR) .....	18
CLÁUSULA 21.ª (RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO).....	19
CLÁUSULA 22.ª (RESOLUÇÃO POR PARTE DO PRESTADOR DE SERVIÇOS) .....	20

## CADERNO DE ENCARGOS

CAPÍTULO IV – SEGUROS .....	21
CLÁUSULA 23. <sup>a</sup> (SEGUROS) .....	21
CAPÍTULO V – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS .....	21
CLÁUSULA 24. <sup>a</sup> (FORO COMPETENTE) .....	21
CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS .....	21
CLÁUSULA 25. <sup>a</sup> (SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL) .....	21
CLÁUSULA 26. <sup>a</sup> (LEGISLAÇÃO APLICÁVEL) .....	22
PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS .....	23
CLÁUSULA 1. <sup>a</sup> (ÁREA DE INTERVENÇÃO) .....	23
CLÁUSULA 2. <sup>a</sup> (ELEMENTOS FORNECIDOS PELO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS) .....	23
CLÁUSULA 3. <sup>a</sup> (ÂMBITO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO) .....	23
CLÁUSULA 4. <sup>a</sup> (CONDICIONANTES ORÇAMENTAIS) .....	28
CLÁUSULA 5. <sup>a</sup> (MANUTENÇÃO DO ESPAÇO) .....	28

## CADERNO DE ENCARGOS

### CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

#### CLÁUSULA 1.<sup>a</sup> (OBJETO)

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de ajuste direto a adotar ao abrigo do disposto na alínea g), do n.º 1 do artigo 27º do Código dos Contratos Públicos (CCP), para o qual será convidado a apresentar proposta o concorrente cujo trabalho de conceção tenha sido selecionado em 1º (primeiro) lugar no âmbito do “CONCURSO PÚBLICO DE CONCEÇÃO PARA A CRIAÇÃO DO PARQUE FLUVIAL 365 E PARA REQUALIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS CONTÍGUOS, ANEXOS E DA ENVOLVENTE DA ESTAÇÃO DE CAMINHO DE FERRO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS”.
2. Constitui objeto principal do contrato a aquisição de serviços que visem o desenvolvimento e conclusão do Projeto de execução para a criação do Parque Fluvial 365 (LOTE 1) e para requalificação dos edifícios contíguos, anexo e da envolvente da Estação de Caminho de Ferro de Oliveira de Azeméis (LOTE 2), de acordo com a proposta adjudicada e o trabalho de conceção selecionado – por lote.
3. O objeto do contrato abrange ainda os serviços de assistência técnica, nos termos da Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto.

#### CLÁUSULA 2.<sup>a</sup> (PREÇO BASE)

Para efeitos do artigo 47º, n.º 1, 3 e 4, do CCP, o preço base foi fixado, tendo em consideração a tabela de honorários da Ordem dos Arquitectos conjugado com o custo máximo de cada obra, obtendo-se um valor estimativo de 4% e 5%, respetivamente, perfazendo o montante de:

- a) LOTE 1 (*criação do Parque Fluvial 365*): **80.000,00€** (oitenta mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.
- b) LOTE 2 (*requalificação dos edifícios contíguos, anexo e da envolvente da Estação de Caminho de Ferro de Oliveira de Azeméis*): **35.000,00€** (trinta e cinco mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

---

## CADERNO DE ENCARGOS

---

### CLÁUSULA 3.<sup>a</sup> (CONTRATO)

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

### CLÁUSULA 4.<sup>a</sup> (PRAZO)

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão da(s) empreitada(s), em conformidade com os respetivos termos e condições, e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação deste.

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

#### **SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS**

##### **SUBSECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **CLÁUSULA 5.<sup>a</sup> (CONSTITUIÇÃO DE EQUIPA PRESTADORA DE SERVIÇOS)**

1. A elaboração do Projeto, na acessão da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho e Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, a que se refere o presente Caderno de Encargos, ficará a cargo de uma equipa de projeto, cuja coordenação é da inteira e exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) do projeto ordenador.
2. A equipa de projeto será constituída pelo Coordenador de Projeto, definido à priori, e pelo(s) autor(es) do projeto ordenador e dos demais projetos mencionados na cláusula 3<sup>a</sup> da Parte II do presente Caderno de Encargos.
3. A equipa de projeto só poderá ser alterada mediante prévio e expreso consentimento da entidade adjudicante.
4. A identificação dos vários técnicos que integram a equipa de projeto, com identificação do Coordenador de Projeto, ficará discriminada em documento anexo ao contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de Ajuste Direto.
5. O coordenador de projeto deve ser arquiteto.

#### **CLÁUSULA 6.<sup>a</sup> (OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS)**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, que compreende a elaboração e coordenação dos projetos discriminados no n.º 2 da cláusula 3<sup>a</sup> da Parte II do presente documento, decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações:
  - a) Estudo Prévio de acordo com a proposta apresentada no Concurso de Conceção;
  - b) Elaboração do Anteprojeto;

## CADERNO DE ENCARGOS

- c) Elaboração do Projeto de Execução;
- d) Coordenação dos diversos projetos, atestando a compatibilidade entre os mesmos;
- e) Assistência Técnica.

2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3. O prestador de serviços obriga-se a garantir que os projetos a desenvolver no âmbito das suas obrigações contratuais observam todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente, as constantes de instrumentos de gestão territorial, os regimes jurídicos e as condicionantes administrativas específicas identificadas no Programa Preliminar <sup>(Anexo I)</sup> anexo aos termos de referência, bem como toda a demais legislação aplicável, garantido a conformidade com as exigências das entidades externas e o licenciamento dos projetos junto das entidades que o exijam.

4. O prestador de serviços obriga-se a respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

5. Por força, remissão e dever legal resultante do artigo 42º, n.º 13, conjugado com o n.º 2 do artigo 451º, do CCP, é condição obrigatória, sempre que aplicável, dar cumprimento e demonstrar pelos meios adequados, que os trabalhadores afetos, respeitam de forma estrita o estabelecido no artigo 419º- A do CCP, sob pena de poderem vir a ser aplicadas as contraordenações (muito graves) previstas na alínea f) do artigo 456º do CCP.

### CLÁUSULA 7.ª (FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade mensal, reuniões de coordenação com os representantes da entidade adjudicante, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na

## CADERNO DE ENCARGOS

reunião.

2. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocatória escrita por parte do prestador de serviços, à qual deve ser anexada a Ordem de Trabalhos da reunião acompanhada de todos e quaisquer documentos na mesma referidos.
3. O prestador de serviços fica também obrigado a apresentar à entidade adjudicante, sempre que solicitado, toda a informação necessária à verificação e acompanhamento dos trabalhos e tarefas necessários ao cumprimento do contrato e qualquer documento que a entidade adjudicante considere necessário no âmbito do normal acompanhamento dos trabalhos.
4. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

### CLÁUSULA 8.<sup>a</sup> (ENTREGA DO SERVIÇO OBJETO DO CONTRATO)

1. Os projetos objeto deste contrato devem ser entregues no gabinete de Empreitadas, sito no edifício Paços do Concelho, Largo da República, em Oliveira de Azeméis.
2. A unidade de apresentação do prazo de resposta para efetivação do serviço deverá ser expresso em dias seguidos, não podendo, em caso algum, exceder os limites abaixo mencionados:

#### LOTE 1 (criação do Parque Fluvial 365):

- a) **60 (sessenta) dias seguidos** para apresentação do estudo prévio;
- b) **15 (quinze) dias seguidos** para apresentação de correções ao estudo prévio (se necessário);
- c) **40 (quarenta) dias seguidos** para apresentação do anteprojeto;
- d) **10 (dez) dias seguidos** para apresentação de correções ao anteprojeto (se necessário);
- e) **40 (quarenta) dias seguidos** para apresentação do projeto de execução

## CADERNO DE ENCARGOS

- f) **10 (dez) dias seguidos** para apresentação de eventuais correções ao projeto de execução, resultantes da apreciação que cada uma das entidades responsáveis pelas aprovações das respetivas especialidades tenha feito ao mesmo, a contar da data de comunicação da mesma.

LOTE 2 (requalificação dos edifícios contíguos, anexo e da envolvente *da Estação de Caminho de Ferro de Oliveira de Azeméis*):

- a) **40 (quarenta) dias seguidos** para apresentação do estudo prévio;
- b) **10 (dez) dias seguidos** para apresentação de correções ao estudo prévio (se necessário);
- c) **30 (trinta) dias seguidos** para apresentação do anteprojecto;
- d) **5 (cinco) dias seguidos** para apresentação de correções ao anteprojecto (se necessário);
- e) **30 (trinta) dias seguidos** para apresentação do projeto de execução
- f) **5 (cinco) dias seguidos** para apresentação de eventuais correções ao projeto de execução, resultantes da apreciação que cada uma das entidades responsáveis pelas aprovações das respetivas especialidades tenha feito ao mesmo, a contar da data de comunicação da mesma.

3. O prazo correspondente à assistência técnica inicia-se com a consignação da obra e/ou aprovação do Plano de Segurança e Saúde (PSS) e vigorará até à receção provisória da obra, independentemente das prorrogações ou desvio do plano de trabalhos.

4. O prazo de execução das obras previsto será de 18 (dezoito) e de 12 (doze) meses, respetivamente para o lote 1 e lote 2, contados a partir da data da consignação da obra e/ou aprovação do PSS.

5. Os prazos previstos no n.º 2 da presente cláusula podem ser prorrogados por iniciativa da entidade adjudicante ou a requerimento do prestador de serviços, desde que devidamente fundamentados, ou na sequência da ocorrência de um motivo de força maior ou facto alheio à



## **CADERNO DE ENCARGOS**

responsabilidade do prestador de serviços, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 97º do CCP.

6. Todas as despesas e custos com a entrega/envio dos projetos e respetivos documentos, para o local de entrega, são da responsabilidade do prestador de serviços.

### **CLÁUSULA 9.ª (RECEÇÃO DOS ELEMENTOS A PRODUZIR AO ABRIGO DO CONTRATO)**

1. No prazo de 10 (dez) dias seguidos a contar da entrega dos elementos referentes a cada fase de execução do contrato, o Município de Oliveira de Azeméis procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos na Parte II do presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. No decurso da análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar ao Município de Oliveira de Azeméis toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

3. Caso, na sequência da conclusão da análise a que se refere o n.º 1 da presente cláusula, se conclua que os elementos entregues não estão conformes com as exigências legais, ou caso existam discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na Parte II do presente caderno de encargos, o Município de Oliveira de Azeméis deve informar, por escrito, o prestador de serviços.

4. No caso previsto no número anterior, e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Oliveira de Azeméis, mas nunca inferior a 10 (dez) dias seguidos, o prestador de serviços pode responder, em caso de discordância, ou executar, à sua custa (sem que daí advenha o direito a qualquer pagamento adicional), as alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, o Município de Oliveira de Azeméis procede a nova análise, nos termos do n.º 1 da presente cláusula.

## **CADERNO DE ENCARGOS**

6. Caso a análise do Município de Oliveira de Azeméis, a que se refere o n.º 1 da presente cláusula, comprove a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na Parte II do presente caderno de encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 10 (dez) seguidos dias a contar do termo dessa análise, a declaração de aceitação pelo Município de Oliveira de Azeméis.

7. Antes da aprovação final do Projeto de Execução pelo Município de Oliveira de Azeméis, pode haver lugar a auditoria ou a revisão de projeto, por pessoa singular ou coletiva devidamente qualificada para a sua elaboração, distinta do autor do mesmo e autónoma do prestador de serviços.

8. No caso de, na sequência da auditoria ou revisão de projeto a que se refere o número anterior, serem detetados erros ou omissões de projeto, fica o prestador de serviços obrigado a proceder à revisão dos mesmos, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias seguidos, contados da data da comunicação da revisão efetuada.

### **CLÁUSULA 10.ª (TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE)**

Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 6 da cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos desenvolvidos ao abrigo do contrato para o Município de Oliveira de Azeméis.

### **CLÁUSULA 11.ª (DIREITOS DE AUTOR)**

São garantidas a salvaguarda dos Direitos de Autor e a necessidade de permissão para a divulgação pelo prestador de serviços dos estudos e projetos produzidos no âmbito da prestação de serviços, nos termos da legislação aplicável.

### ***SUBSECÇÃO II - DEVER DE SIGILO, PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E, SE APLICÁVEL, PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO DE IMAGEM***

### **CLÁUSULA 12.ª (DEVER DE SIGILO)**

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo e garantirá que semelhante obrigação é cumprida

---

**CADERNO DE ENCARGOS**

---

pelos seus colaboradores ou subcontratados sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Oliveira de Azeméis, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, à exceção dos técnicos intervenientes na prestação de serviços, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. O prestador de serviços responde perante o Município de Oliveira de Azeméis pela violação do dever de sigilo e pela quebra da confidencialidade dos documentos referidos no n.º 1 da presente cláusula.

#### **CLÁUSULA 13.ª (PRAZO DO DEVER DE SIGILO)**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente aos deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **CLÁUSULA 14.ª (PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS)**

1. As partes contratantes estão sujeitas ao cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), adiante designado RGPD, sendo Município de Oliveira de Azeméis responsável pelo tratamento de dados e a entidade adjudicatária o subcontratante, na aceção do n.ºs 7 e 8 do artigo 4º, do n.º 1 do artigo 24º e do n.º 1 do artigo 28º do referido regulamento; das respetivas normas nacionais de execução e, se aplicável, de outras leis relevantes em matéria de proteção de dados.

---

**CADERNO DE ENCARGOS**

---

**2.** Nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 6º do RGPD, e para efeitos do presente procedimento pré-contratual e do cumprimento de obrigações jurídicas a que a entidade adjudicante esteja adstrita:

**a)** O Município de Oliveira de Azeméis poderá tratar dados pessoais relativos aos concorrentes, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores e transmiti-los a terceiros, como seja o Tribunal de Contas, plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, com limitação dos dados transmitidos ao estritamente necessário e mediante as adequadas medidas de segurança.

**b)** A entidade adjudicatária é responsável por garantir os cumprimentos das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores no âmbito do procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos quando aplicável.

**3.** Os dados não devem ser copiados, reproduzidos, mantidos em qualquer banco de dados, armazenados em qualquer sistema de recuperação ou transmitidos sob qualquer forma ou por qualquer meio, eletrónico, mecânico, fotocopiado, gravação ou outro, ou cedidos a terceiros sem o consentimento prévio por escrito do Município de Oliveira de Azeméis.

**4.** A entidade adjudicatária assume e declara que:

**a)** No tratamento dos dados pessoais obedecerá às instruções documentadas do responsável pelo tratamento, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, exceto se for obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, informando nesse caso o responsável pelo tratamento desse requisito, antes de proceder a essa transferência, salvo se tal informação for proibida por motivos de interesse público;

**b)** Garante que as pessoas autorizadas a tratar dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

**c)** Adota todas as medidas de segurança técnicas e organizacionais adequadas para proteger os dados pessoais contra qualquer processamento, dano ou destruição ilícita, designadamente:

- i. a pseudonimização e a cifragem de dados pessoais;

---

**CADERNO DE ENCARGOS**

---

- ii. a capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
- iii. capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada em caso de incidente físico ou técnico;
- iv. dispõe de processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento;
- v. apenas contratará outro subcontratante se o Município de Oliveira de Azeméis o autorizar ou, em caso de autorização prévia, comunicará ao responsável pelo tratamento a contratação de um subcontratante que deverá respeitar todas as obrigações de tratamento nos termos do n.º 2 do artigo 28º do RGPD;
- vi. prestará assistência ao responsável pelo tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos;
- vii. prestará assistência ao responsável pelo tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações de segurança no tratamento, notificação à autoridade de controlo e aos titulares em caso de violação de dados pessoais, avaliação de impacto sobre a proteção de dados e consulta prévia, tal como previstas nos artigos 32º a 36º do RGPD, tendo em conta a natureza de tratamento e a informação ao dispor do subcontratante;
- viii. dependendo da opção do responsável pelo tratamento, apagará ou devolverá todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros;
- ix. disponibilizará ao responsável pelo tratamento todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações que impendem sobre o subcontratante e facilita e contribui para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pelo responsável pelo tratamento ou por outro auditor para este mandatado;
- x. compromete-se a informar imediatamente o responsável pelo tratamento se considerar que alguma instrução viola o RGPD ou outras disposições do direito da União ou dos Estados-

## CADERNO DE ENCARGOS

Membros em matéria de proteção de dados, nomeadamente a Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto.

5. O cumprimento de um código de conduta ou de um procedimento de certificação poderá ser utilizado como elemento para demonstrar o cumprimento de todas estas obrigações.
6. O incumprimento destes deveres e a verificação de inexistência de garantias de conformidade é fundamento de resolução do contrato com justa causa, podendo implicar o dever de indemnização ao município por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

### **CLÁUSULA 15.<sup>a</sup> (PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO DE IMAGEM (A CONSIDERAR SE APLICÁVEL))**

1. A entidade adjudicatária, no que respeita à criação original e produção dos bens e/ou serviços a adquirir no âmbito do presente caderno de encargos já identificados assegura o cumprimento das normas de direito europeu e de direito português, relativas à proteção do direito de autor e dos direitos conexos, respeitando os direitos morais e patrimoniais dos titulares, designadamente no que respeita à obtenção de todas as autorizações necessárias e definição das condições contratuais.
2. Quanto ao direito de imagem, a entidade adjudicatária assegura o cumprimento, designadamente do disposto no artigo 79º do Código Civil e dos artigos 164º a 167º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos (CDADC), sem prejuízo da demais legislação aplicável, designadamente no que respeita à obtenção de todas as autorizações expressas necessárias e definição das condições contratuais.
3. Constituem propriedade originária da entidade adjudicante, todos os direitos de propriedade intelectual relativos aos bens e/ou serviços objeto do presente caderno de encargos e identificados na cláusula 1.<sup>a</sup>, incluindo o direito exclusivo de todas as formas de exploração, sem qualquer restrição, durante o prazo de proteção definido na lei

## **SECÇÃO II – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS**

### **CLÁUSULA 16.<sup>a</sup> (RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS)**

1. O Município de Oliveira de Azeméis deverá assumir todas as responsabilidades, cumprindo com

## **CADERNO DE ENCARGOS**

todas as suas obrigações contratuais, de acordo com o estipulado no artigo 18º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho.

2. O Município de Oliveira de Azeméis deverá assumir as suas obrigações de acordo com o disposto no artigo 17º, do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, com exceção da elaboração do Plano de Segurança e Saúde em fase de projeto, cuja responsabilidade é atribuída ao prestador de serviços.

### **CLÁUSULA 17.ª (PREÇO CONTRATUAL)**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Oliveira de Azeméis deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 97º do Código dos Contratos Públicos.

### **CLÁUSULA 18.ª (CONDIÇÕES DE PAGAMENTO)**

1. A(s) quantia(s) devida(s) pelo Município de Oliveira de Azeméis, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) num prazo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, salvo se estabelecida condição de pagamento distinta desta no contrato, não podendo em qualquer caso esta exceder os 60 (sessenta) dias.

2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a prestação do serviço objeto deste contrato, devendo o concorrente fazer menção expressa do prazo de pagamento que pretende ver executado no decurso da execução do contrato.

## **CADERNO DE ENCARGOS**

3. Para efeitos de faseamento de pagamento, por lote, e tendo em conta o disposto na Portaria n.º 255/2023 de 07 de agosto, considera-se a seguinte percentagem:

- Com a entrega e aprovação do estudo prévio - **30%**
- Com a entrega e aprovação do anteprojeto - **20%**
- Com a entrega e aprovação do projeto execução - **40%**
- Com o término da assistência técnica - **10%**

4. Em caso de discordância por parte do Município de Oliveira de Azeméis, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5. As condições de pagamento deverão ser apresentadas e estabelecidas pelo próprio concorrente na sua proposta, de forma expressa e inequívoca.

Não são aceitáveis condições de pagamento do tipo “a combinar” ou similares.

6. Nas condições de pagamento a apresentar pelo concorrente não podem ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar, nos termos do artigo 292º, do CCP.

7. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária para o Banco e Conta indicados pelo prestador de serviços.

### **CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO**

#### **CLÁUSULA 19.ª (PENALIDADES CONTRATUAIS)**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos elementos referentes a cada fase do contrato, calculada diariamente, até:



## CADERNO DE ENCARGOS

- Um por mil, nos primeiros 15 (quinze) dias;
- Dois por mil, a partir do décimo sexto e até ao trigésimo dia;
- Três por mil, a partir do trigésimo primeiro e até ao quadragésimo quinto dia; e
- Quatro por mil, a partir do quadragésimo sexto e até ao nonagésimo dia.

**b)** Se o incumprimento for devido à verificação de graves erros ou omissões, o quantitativo da indemnização não excederá o valor da fase ou fases em que aqueles se produziram;

**c)** Por qualquer outro incumprimento a indemnização não excederá o quantitativo correspondente a 15% (quinze por cento) dos honorários vincendos.

**2.** Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

**3.** Nas situações enquadráveis no número anterior, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 308º do CCP, e atento o preceituado na alínea c) do nº 2 do artigo 307º do CCP, deverá ser assegurado ao prestador de serviços o direito de audiência prévia, tal como regulado no Código do Procedimento Administrativo, relativamente à intenção de aplicação da sanção.

**4.** A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

**5.** As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

**6.** Verificando-se a rescisão do contrato por facto não imputável ao prestador de serviços, terá este direito, cumulativamente, às seguintes indemnizações:

**a)** O quantitativo correspondente ao valor dos honorários, atribuível ao trabalho não executado na fase em curso;

## **CADERNO DE ENCARGOS**

**b)** A 10% (dez por cento) do valor das prestações de honorários vincendos, salvo se este quantitativo for inferior ao montante do valor da fase imediatamente subsequente, caso em que será esta a quantia indemnizatória; e

**c)** A 10% (dez por cento) do valor estabelecido para a fase de Assistência Técnica, corrigido segundo o valor orçamentado e aprovado para a obra, decorridos que sejam 2 (dois) anos sobre a data de aprovação oficial do projeto.

### **CLÁUSULA 20.<sup>a</sup> (FORÇA MAIOR)**

**1.** Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

**2.** Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

**3.** Não constituem força maior, designadamente:

**a)** Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

**b)** Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

**c)** Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

## **CADERNO DE ENCARGOS**

**d)** Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;

**e)** Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

**f)** Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;

**g)** Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

**4.** A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

**5.** A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

### **CLÁUSULA 21.<sup>a</sup> (RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO)**

**1.** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Oliveira de Azeméis pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

**a)** Pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos referentes a cada fase do contrato superior a 45 (quarenta e cinco) dias ou perante declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo;

**b)** Pela verificação de graves erros, negligência ou omissões, imputáveis ao prestador de serviços.

**2.** O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas.

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **CLÁUSULA 22.ª (RESOLUÇÃO POR PARTE DO PRESTADOR DE SERVIÇOS)**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses, ou o montante em dívida exceda 40% do preço contratual, excluindo juros;

b) Pela verificação da impossibilidade de cumprimento de alguma das cláusulas contratuais por parte do Município de Oliveira de Azeméis do que possa resultar grave prejuízo ou dano para os seus direitos e legítimas expectativas;

c) Pelo decurso de 3 (três) anos sobre a data de entrega do projeto objeto deste contrato, sem que as obras correspondentes hajam sido iniciadas;

d) Se se verificar a suspensão da eficácia do contrato por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, por causa não imputável ao prestador de serviços;

e) Se por facto que lhe não seja imputável não se verificar a aprovação de qualquer fase contratada dos projetos, no prazo correspondente ao dobro do fixado para a verificação daquele ato, ou de 180 (cento e oitenta) dias se aquele for inferior a este lapso de tempo.

2. Nos casos previstos na alínea a) do nº 1 da presente cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Oliveira de Azeméis, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato (com exceção daquelas a que se refere o artigo 444º do Código dos Contratos Públicos).

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **CAPÍTULO IV – SEGUROS**

#### **CLÁUSULA 23.<sup>a</sup> (SEGUROS)**

1. É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguros de responsabilidade civil, dos riscos de danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros em resultado de atos, omissões ou negligência por ele cometidos exclusivamente no decurso da sua atividade e outros aplicáveis.
2. O prestador de serviços deverá acautelar a celebração de contrato de seguro de responsabilidade civil para os técnicos abrangidos pela Lei 31/2009, de 3 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, de acordo com o exposto no seu artigo 24º, e demais legislação em vigor à data da celebração do contrato.
3. O Município de Oliveira de Azeméis pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

### **CAPÍTULO V – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

#### **CLÁUSULA 24.<sup>a</sup> (FORO COMPETENTE)**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **CLÁUSULA 25.<sup>a</sup> (SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL)**

1. A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos previstos no CCP.
2. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para resolução do contrato, aquele cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes, sempre que tal seja aplicável.



Câmara Municipal

---

**CADERNO DE ENCARGOS****CLÁUSULA 26.<sup>a</sup> (LEGISLAÇÃO APLICÁVEL)**

Em tudo omissos neste caderno de encargos, observar-se-á o estatuído no Código dos Contratos Públicos e na demais legislação aplicável.



**CADERNO DE ENCARGOS****PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS****CLÁUSULA 1.ª (ÁREA DE INTERVENÇÃO)**

A área de intervenção a que se reporta a presente prestação de serviços corresponde à área de de aproximadamente 60000 m<sup>2</sup> denominado Parque Fluvial 365, sito no Lugar do Pedregulhal, na Freguesia de Ossela (Lote 1) e dos edifícios contíguos e anexo e da envolvente da Estação de Caminho de Ferro de Oliveira de Azeméis (lote 2), conforme se encontra assinalado nas plantas anexas aos Termos de Referência do Concurso de Conceção que acompanham e complementam o Programa Preliminar.

**CLÁUSULA 2.ª (ELEMENTOS FORNECIDOS PELO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS)**

1. O Município de Oliveira de Azeméis para além dos elementos constantes dos Termos de Referência do Concurso de Conceção fornecerá, se necessário, todas as informações com relevância para o processo de elaboração dos Projetos.
2. O Município de Oliveira de Azeméis proporcionará, sempre que possível, apoio ao prestador de serviços, promovendo as diligências (pedidos de informações, reuniões, audiências ou colaboração com as entidades envolvidas no processo de aprovação do Projeto, entre outras) que lhe sejam solicitadas pelo mesmo, no mais curto prazo possível, mas nunca superior a 3 (três) dias, sob pena de se suspender qualquer prazo em curso para o prestador de serviços, o qual apenas voltará a contar no dia seguinte ao da comprovação da efetivação da diligência em causa.

**CLÁUSULA 3.ª (ÂMBITO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO)**

1. É da inteira responsabilidade do prestador de serviços a elaboração de todos os estudos constituintes do projeto para a criação do Parque Fluvial 365 (lote 1) e para requalificação dos edifícios contíguos e anexo da envolvente da Estação de Caminho de Ferro de Oliveira de Azeméis (lote 2), discriminado nas cláusulas seguintes.
2. Os Projetos a desenvolver, por lote, compreenderão, no mínimo, sem prejuízo de outros julgados pertinentes pelo prestador de serviços, consoante a solução desenvolvida:

## CADERNO DE ENCARGOS

**a.** Projeto de Arquitetura - Projeto Ordenador, incluindo o levantamento topográfico devidamente georreferenciado no sistema de coordenadas ETRS89 e levantamento arquitetónico do edificado

**b.** Projeto de hidráulica (LOTE 1), incluindo o parecer da entidade competente (APA – Agência Portuguesa do Ambiente)

**c.** Projeto de Arranjos Exteriores (Paisagismo);

**d.** Projeto de Movimentação Geral de Terras;

**e.** Projeto de Estabilidade – Fundações, Contenções e Estruturas;

**f.** Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica, incluindo a rede exterior no espaço público;

**g.** Projeto da Instalação da rede de gás – original aprovado pela entidade competente ou pedido de isenção (se aplicável);

**h.** Projeto de Telecomunicações e Rede Estruturada de Informática (caso se aplique);

**i.** Projeto de Ventilação e Exaustão de Fumos e Gases de Combustão (caso se aplique);

**j.** Projeto de Instalações Eletromecânicas, incluindo as de transporte de pessoas e/ou mercadorias (caso se aplique);

**k.** Projeto de Redes Prediais de Água e Esgotos;

**l.** Projeto das redes prediais:

**a.** Rede de abastecimento e distribuição de água quente e fria; Validado pela concessionária,

**b.** Rede de drenagem de águas residuais validado pela concessionária

**c.** Rede de drenagem de águas Pluviais



---

## CADERNO DE ENCARGOS

---

**m.** Estudo do Comportamento Térmico de acordo com o RCCTE, incluindo declaração de conformidade regulamentar (caso se aplique);

**n.** Projeto de Climatização de acordo com o RSECE, incluindo declaração de conformidade regulamentar (caso se aplique);

**o.** Projeto de Acústica e Insonorização (caso se aplique);

**p.** Projeto de Segurança contra Incêndios;

**q.** Projeto de Segurança contra intrusão (se aplicável);

**r.** Plano de Segurança e Saúde em fase de projeto;

**s.** Coordenação de segurança e saúde em fase de projeto;

**t.** Plano de Acessibilidades;

**u.** Projeto de Equipamentos de Sinalética, Mobiliário Urbano e Equipamento;

**v.** Sistema de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos;

**w.** Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos da Construção e Demolição.

**NOTA:** No âmbito do disposto na alínea d) do artigo 15.º da Portaria n.º 255/2023 de 07 de agosto, caso seja reconhecido ou necessário o estudo geotécnico ou geológico, nos termos definidos pelo autor do projeto, este será ao encargo e da responsabilidade do adjudicatário.

**3.** A prestação deste serviço compreende as seguintes fases:

**a.** Estudo Prévio de acordo com a proposta apresentada no Concurso de Conceção;

**b.** Elaboração do Anteprojeto

**c.** Elaboração do Projeto de Execução

**d.** Assistência Técnica.

e deverá atender aos seguintes requisitos:

## CADERNO DE ENCARGOS

- e. Os estudos e projetos serão entregues em formato digital dwg, dwf e pdf;
- f. Terão de obedecer às disposições legais aplicáveis a cada um e ao disposto na Portaria n.º 255/2023 de 07 de agosto, bem como o disposto na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho.
- g. Deverão ser também entregues em excel (desbloqueado) os mapas de medições, quantidades de trabalhos e estimativas orçamentais para os projetos referidos.

**NOTA:** Para a apresentação dos Mapas de Quantidades e os Orçamentos, deverá ser tido em conta as seguintes regras:

- 1.<sup>a</sup> – Os Mapas de Quantidades de trabalhos e os Orçamentos são apresentados em ficheiros informáticos, uma versão executável em «excel», extensões xls ou xlsx, e outro em versão para impressão, extensão pdf;
- 2.<sup>a</sup> – Os ficheiros executáveis não podem conter linhas, colunas e células ocultas, nem devem conter fórmulas;
- 3.<sup>a</sup> – A elaboração dos Mapas de Quantidades de trabalhos e os Orçamentos devem obedecer às disposições legais em vigor, nomeadamente o Código dos Contratos Públicos quanto à inclusão da expressão do «... do tipo ... ou equivalente...», quando aplicável;
- 4.<sup>a</sup> – Na primeira coluna, «Artigos», é indicada a numeração dos Capítulos, Artigos, Alíneas, que deve ser sequencial, sendo todas as células utilizadas numeradas sequencialmente. Não podem existir células sem numeração. Ver o Anexo 1 (a título de exemplo), nomeadamente o artigo 6.1.1.2;
- 5.<sup>a</sup> – A segunda coluna, «Designação», destina-se a ser preenchida com a descrição dos Capítulos, dos Artigos e das Alíneas;
- 6.<sup>a</sup> – Na terceira coluna, «Unidade», são indicadas a unidade de cada artigo ou alínea, respeitando o Sistema Internacional (SI), ver o Decreto-Lei n.º 76/2020, de 25 de setembro, e quando não existir unidade prevista no SI usar a unidade compatível prevista no Anexo 2;

## CADERNO DE ENCARGOS

7.<sup>a</sup> – Na quarta coluna, «Quantidade», são inseridas as quantidades relativas a cada artigo ou alínea, não podendo existir decimais ocultos;

8.<sup>a</sup> – Havendo um artigo com várias alíneas, cada uma com a sua quantidade, a indicação das unidades faz-se na linha de cada alínea e não uma única vez na linha do artigo, ver Anexo 1;

9.<sup>a</sup> – Estando previstas regras gerais aplicáveis a todo o Mapa de Quantidades estas devem ser incluídas num único capítulo com o número zero «0». Havendo vários artigos, serão numerados 0.1, 0.2, etc.;

10.<sup>a</sup> – As anotações a um Capítulo ou a um Artigo serão numerados com um zero «0». Exemplo, anotação ao capítulo 1, terá a numeração 1.0, os restantes artigos 8.1, 8.2, etc.. Sendo uma anotação ao artigo 1.1, terá a numeração 1.1.0 e as restantes alíneas 1.1.1, 1.1.2, etc.;

**h.** A elaboração dos projetos pressupõe a respetiva assistência técnica;

**i.** Os custos com a aprovação dos projetos de especialidade e a emissão dos certificados pelas entidades competentes ficarão a cargo do dono de obra/entidade adjudicante, com a salvaguarda de serem necessárias taxas adicionais para correção de projetos, estas serão a cargo do adjudicatário.

As unidades a utilizar, nomeadamente, nas peças referidas na alínea g) deste número e noutras peças dos projetos, obedecerão ao disposto no Decreto-Lei n.º 76/2020, de 25 de setembro, sob pena da aplicação das contraordenações nele previstas.

**4.** Constitui obrigação do prestador de serviços o cumprimento integral de todas as normas e disposições legais aplicáveis aos estudos/projetos a fornecer, assim como a obtenção, junto das entidades competentes, de todas as informações consideradas necessárias para a elaboração dos fornecimentos definidos no objeto deste procedimento.

---

## CADERNO DE ENCARGOS

---

### **CLÁUSULA 4.<sup>a</sup> (CONDICIONANTES ORÇAMENTAIS)**

O orçamento baseado nas quantidades e qualidades de trabalho constantes das medições e mapas de quantidade, a apresentar em fase de projeto de execução, deverá assegurar a compatibilização com a Estimativa do Custo Global da Obra apresentada pelo prestador de serviços, em fase de concurso de conceção.

### **CLÁUSULA 5.<sup>a</sup> (MANUTENÇÃO DO ESPAÇO)**

Deverá o prestador de serviços, no desenvolvimento dos projetos, ter em atenção os custos de manutenção associados às diversas opções técnicas e construtivas, optando, sempre que possível, por soluções de maior grau de sustentabilidade, de forma a assegurar a manutenção do(s) edifício(s)/espaço(s).